

Efeito Dunning-Kruger e dissonância cognitiva na CPI da Covid-19: a institucionalização da desinformação

The Dunning-Kruger Effect and cognitive dissonance in Covid-19 CPI: the institutionalization of disinformation

Isadora Oliveira do Nascimento  

isadora.nascimento@ufersa.edu.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Vicente de Lima-Neto  

vicente.neto@ufersa.edu.br

Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA

Resumo

Com mais de meio milhão de óbitos por conta do vírus Sars-Cov-2, no Brasil, entre março de 2020 e junho de 2021, o Governo Federal tem sido responsabilizado pela sociedade e por outros estratos do poder pela má condução no gerenciamento à pandemia de Covid-19. Isso levou o Senado Federal a abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, em 2021, para investigar as ações e omissões do governo nesse período pandêmico. É sob esse universo que objetivamos, neste trabalho, explanar como o efeito Dunning-Kruger (DUNNING, 2011) e a dissonância cognitiva (FESTINGER, 1968) se manifestam na CPI, institucionalizando a desinformação (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017) no país. Para esse objetivo, selecionamos trechos dos depoimentos de três personagens de destaque no governo convocados para depor no processo, a oncologista Nise Yamaguchi, a pediatra Mayra Pinheiro e o general Eduardo Pazuello, e mostramos como esses conceitos se materializam em seus discursos. Os resultados preliminares apontam que o quadro da desinformação é legitimado em nível institucional, sobretudo pelas crenças e valores que podem ser demonstrados pelo efeito Dunning-Kruger e pela dissonância cognitiva agindo sobre personagens com poder de decisão no Governo Federal.

Palavras-chave

Desordem da informação. Fake news. Efeito Dunning-Kruger. Dissonância cognitiva.

Abstract


With more than half a million deaths due to the Sars-Cov-2 virus in Brazil between March 2020 and June 2021, the Federal Government has been held responsible by society and other strata of power for mismanaging the pandemic of Covid-19. This led the Federal Senate to open an Investigating Commission (CPI) of Covid, in 2021, to investigate the actions and omissions of the Government in this pandemic period. It is within this universe that we aim, in this work, to explain how the

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 22/10/2022

Aprovação do trabalho: 14/11/2022

Publicação do trabalho: 07/12/2022

 10.46230/2674-8266-14-9238

COMO CITAR

NASCIMENTO, Isadora Oliveira do; LIMA-NETO, Vicente de. Efeito Dunning-Kruger e dissonância cognitiva na CPI da Covid-19: a institucionalização da desinformação. **Revista Linguagem em Foco**, v.14, n.2, 2022. p. 109-127. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/9238>.

Distribuído sob



Verificado com

Plagius
Detector de Plágio

Dunning-Kruger Effect (DUNNING, 2011) and cognitive dissonance (FESTINGER, 1968) are manifested in the CPI, institutionalizing disinformation (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017) in Brazil. For this purpose, we selected excerpts from the testimonies of three prominent figures in the government summoned to testify in the process: oncologist Nise Yamaguchi, pediatrician Mayra Pinheiro and General Eduardo Pazuello and we show how these concepts materialize in their speeches. Preliminary results indicate that the disinformation board is legitimized at an institutional level, mainly by the beliefs and values that can be demonstrated by the Dunning-Kruger effect and by the cognitive dissonance acting on decision-makers in the Federal Government.

Keywords

Information disorder. Fake news. The Dunning-Kruger effect. Cognitive dissonance.

Introdução

Entre maio e julho de 2020, o Ministério da Saúde publicou as notas técnicas nº 9/2020 e 17/2020 em seu site oficial, com orientações para o tratamento medicamentoso precoce de pacientes com Covid-19. Todo o tratamento estava fundamentado no uso combinado dos medicamentos cloroquina ou hidroxiclo- roquina e azitromicina, a despeito de não haver consenso científico sobre a sua eficácia. Apenas em 7 de maio de 2021¹, quase um ano decorrido da publicação das orientações, o Ministério retirou a nota, reconhecendo, apenas dois meses depois, sua ineficácia.

Esse é apenas um exemplo de que, diante de uma das maiores crises sanitárias da história da humanidade, a pandemia de Covid-19 no Brasil, iniciada em março de 2020, levou o Governo Federal a fazer, à luz das ciências da saúde, escolhas questionáveis para o gerenciamento da crise, que fez com que o país se tornasse o segundo no mundo em número de óbitos e levasse ao colapso no sistema de saúde em todo o território nacional. Muitas das declarações de pessoas que estavam no poder à época, como ministros, diretores e o próprio presidente da República, espalhavam a desinformação, o que contribuiu para o colapso no sistema público e privado de saúde. Por conta disso, o Senado Federal aprovou, em abril de 2021, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para verificar as ações e omissões do governo no enfrentamento à pandemia.

No curso do processo de investigação, uma série de pessoas ligadas às diretivas do enfrentamento à pandemia foram convocadas para prestar esclarecimentos à Comissão e à sociedade brasileira, tudo transmitido ao vivo pela televisão e por diferentes plataformas digitais. Os convocados responderam a questionamentos dos parlamentares (deputados e senadores da situação e da

1 Informação disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/05/08/ministerio-da-sade-retirado-ar-nota-que-orientava-uso-da-cloroquina.ghtml>. Acesso em: 5 mar. 2022.

oposição) e da sociedade em geral, que, em posicionamento inédito, puderam enviar perguntas, via internet, ao relator da CPI, o senador Renan Calheiros, que as lia na mesa no dia.

Foi ali que muitos dos convocados pelos parlamentares mostraram suas crenças, seus valores e suas ideologias, para defender suas teses, muitas das quais amparadas em argumentos que destoam da ciência, o que pode apontar para o que Festinger (1968) chama de dissonância cognitiva ou ainda para o que é chamado de efeito dunning-kruger (KRUGER; DUNNING, 1999; DUNNING, 2011). A depender das posições sustentadas no debate construído naquela arena de luta, é possível verificar a potencialização de um quadro da desinformação (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017) na sociedade brasileira, que pode também ter contribuído para o colapso na saúde em todo o território nacional.

Com isso, objetivamos aqui explicar como o efeito dunning-kruger (DUNNING, 2011) e a dissonância cognitiva (FESTINGER, 1968) se manifestam na CPI, institucionalizando a desinformação (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017) no país. Para sustentar essa tese, organizamos o trabalho em três subtópicos, além destas considerações iniciais: primeiro, discutimos sobre a desordem da informação (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017) e fake news (NASCIMENTO, 2020), depois, fazemos um sobrevoo pela Psicologia nos conceitos de efeito dunning-kruger (KRUGER; DUNNING; 1999; DUNNING, 2011) e dissonância cognitiva (FESTINGER, 1968; SEIXAS, 2019) e, por fim, destacamos trechos dos depoimentos de três personagens do alto escalão do Governo Federal na CPI da Covid, em maio e junho de 2021, para mostrar como esses conceitos se articulam, ajudando a fomentar uma das maiores calamidades públicas na história da saúde pública brasileira.

1 Do quadro da desinformação

A inadequação da nomenclatura fake news (doravante FN) é proposta por Wardle; Derakhshan (2017), que levantam a reflexão de que tal terminologia não seria apta a descrever a complexidade dos fenômenos da poluição da informação, para descrever a produção, difusão e consumo de uma variedade de informações. Os autores sustentam que grande parte do conteúdo classificado como “fake news”, na verdade, não é falso, mas descontextualizado ou utilizado em situações forjadas por pessoas que acreditam que há maior probabilidade de crença popular e compartilhamento de desinformação cujos núcleos são verdadeiros, por exemplo. Ademais, a limitação a que se sujeita o termo impede a diferenciação entre conteúdo falso e financiado, com fins escusos, de um compartilha-

mento feito sem a devida cautela.

Em vista do exposto, Wardle e Derakhshan (2017) sugerem uma nova estrutura conceitual para tratar do fenômeno da desinformação e o nomeia como “desordem da informação”. Tal estrutura conceitual é formada a partir de três tipos diferentes de desordem – *Mis-information*, *Des-information* e *Mal-information* – que se diferenciam em razão das dimensões do dano e falsidade.

A *mis-information* (“informações erradas”, em tradução livre) ocorre quando informações falsas são compartilhadas sem a pretensão de causar danos, a exemplo de um compartilhamento inadvertido sobre efeitos nocivos da vacina, com o intuito de “informar”. A *dis-information* (desinformação, em tradução livre) se verifica quando informações falsas são compartilhadas de modo consciente e com o intuito claro de causar danos, a exemplo de notícias fabricadas por *hackers* e difundidas por robôs em plataformas digitais com fins eleitoreiros. *Mal-information* (má informação, em tradução livre) se dá nos casos em que informações verdadeiras são compartilhadas intentando graves danos à imagem de algo ou alguma pessoa, a exemplo do pornô de vingança (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 5).

Para fins deste artigo, nossas reflexões ocorrerão considerando as categorias *mis-information* e *dis-information*, por serem os tipos que tratam de informações falsas e a propagação de conteúdo, considerando a falsidade da informação e a intenção de causar dano propostos por Wardle e Derakhshan (2017), no entanto, utilizaremos a nomenclatura “fake news”, quando cabível, por ser a forma socioculturalmente mais utilizada.

Uma das perguntas que nos fizemos, neste trabalho, foi o porquê de tanta desinformação, mesmo propagada por pessoas com alto grau de instrução. Logo, embora partamos da linguagem e das evidências sociosemióticas para analisar as FN, a Psicologia nos oferece importantes categorias, sobre as quais nos debruçaremos agora, para ajudar a construir uma resposta à questão e a entender a infodemia (ROTHKOPF, 2003), uma epidemia de informações.

2 Das relações interdisciplinares: efeito dunning-kruger e dissonância cognitiva

A crença e o compartilhamento das FN são derivadas de razões que, consciente ou inconscientemente, se instalam na mente das pessoas. A Era da Pós-verdade, período em que vivemos, fortalece a crença naquilo que traz maior conforto emocional para as pessoas. Segundo o Dicionário de Oxford, a pós-verdade

é considerada uma época em que os fatos objetivos possuem menos poder de moldar a opinião pública do que opiniões pessoais (OXFORD LANGUAGES, 2020).

Silva e Tinoco (2019) apontam que a narrativa construída após um ocorrido é um dos mecanismos através dos quais se manifesta a pós-verdade. Tal narrativa incorpora elementos novos ao fato antigo, como forma de distorcer o que de fato ocorreu. Em algumas situações, uma afirmação vã acaba exercendo maior poder de influência se comparado ao que é cientificamente comprovado.

Nascimento (2020) afirma que a era da pós-verdade representa uma ameaça à democracia e elenca alguns fatores que contribuem com tal problemática, dentre os quais figuram as FN, sua produção e consumo, a falta de educação midiática, bem como a inexistência de processos de checagem informacional que faça parte da rotina das pessoas.

Ocorre que, para além dos procedimentos de checagem que possam ser realizados como forma de averiguação de uma informação, há de se atentar para os fatores psicológicos que envolvem a crença nas notícias falsas e que independem de qualquer prova acerca da falsidade da informação. Dois efeitos e suas respectivas influências na crença de FN são necessários para compreender a complexa questão: o efeito Dunning-Kruger e a Dissonância Cognitiva.

O efeito Dunning-Kruger, idealizado por Justin Kruger e David Dunning (*Cornell University*), é firmado no ideal de que as pessoas superestimam suas próprias habilidades e domínios intelectuais. Assim, conforme Dunning (2011):

As pessoas com déficits substanciais em seu conhecimento ou experiência não devem ser capazes de reconhecer esses déficits. Apesar de potencialmente cometer erros após erros, eles devem tender a pensar que estão indo muito bem. Em suma, aqueles que são incompetentes, por falta de um termo melhor, devem ter pouca visão sobre sua incompetência [...]. Esta é a forma de meta-ignorância que é visível para as pessoas na vida cotidiana (DUNNING, 2011, p. 260).

O estudo, que foi realizado com 65 estudantes universitários de cursos de Psicologia da *Cornell University*, e se deu em 4 etapas, apontou que, não obstante as percepções das próprias habilidades serem modestamente correlacionadas com as habilidades reais, os sujeitos do estudo tendiam a superestimar sua capacidade com relação a seus pares (KRUGER; DUNNING, 1999, p. 1124).

Outro ponto observado, e de maior relevância para este estudo, apontou que os sujeitos com desempenho mais baixo, se comparado aos seus pares, não tinham consciência de tal fato e, em geral, superestimaram sua própria lógica e capacidade de raciocínio (KRUGER; DUNNING, 1999, p. 1124).

Conforme os autores, “A mesma incompetência que leva as pessoas a fa-

zerem escolhas erradas também as priva do conhecimento necessário para reconhecer a competência dela ou de outras pessoas” (KRUGER; DUNNING, 1999, p. 13). Isso significa que os indivíduos, ao se considerarem conhecedores de uma temática de modo suficiente, têm a tendência a não buscar aprofundamento nas temáticas, bem como subestimar o conhecimento alheio. Não à toa a internet tem inclusive potencializado a legitimação de “especialistas” sem especialização, partindo de indivíduos que se dispõem a discutir sobre quaisquer assuntos nas redes, mesmo sem conhecimento, até aqueles que alçam o status de influenciadores digitais ou *coaches*, os quais, por conta do alcance que têm, definem a ordem do discurso numa sociedade em determinadas épocas.

A Dissonância Cognitiva, por sua vez, foi afirmada por Leon Festinger, professor de Psicologia Social da Universidade de Stanford. Segundo tal teoria, o ser humano possui ideias ou crenças que, naturalmente, são consonantes/coerentes ou convicções incoerentes, discordantes (FESTINGER, 1968).

Os estudos de Festinger foram direcionados, em específico, à angústia ou tensão psicológica a que são submetidos os indivíduos ao perceberem que possuem pensamentos e/ou crenças contraditórios (dissonantes) ou quando há percepção de que suas opiniões (cognições) são discrepantes acerca de elementos ou assuntos que considerem relevantes. Tal desconforto mental foi denominado de dissonância cognitiva (FESTINGER, 1968, p. 3): “A dissonância cognitiva pode ser vista como uma condição antecedente que leva a atividade orientada para a redução de dissonância assim como a fome leva para a atividade orientada para a redução da fome”. Logo, a incoerência de ideias, sentimentos ou comportamentos, consigo mesmo ou com outrem, gera um desconforto causado pelo conflito de ideias, ocasionando uma falta de harmonia (dissonância) entre pensamentos e/ou crenças relevantes.

O grau de dissonância é variável, dependendo da importância ou valor dos elementos cognitivos que foram postos em contraste e poderá advir, por exemplo, da defesa de opiniões ou posições antagônicas, inconsistência lógica entre duas ideias ou derivar de hábitos culturais diversos (FESTINGER, 1975, p. 22-23).

Conforme Festinger (1975) a teoria aponta que

a existência de dissonância origina pressões para reduzi-la e para evitar o seu re-
crudescimento. As manifestações da operação dessas pressões incluem mudan-
ças de comportamento, mudanças de cognição e busca de novas informações
(FESTINGER, 1975, p. 22-23).

A modificação de ações/atitudes, bem como a adição seletiva de novas

informações, tem o intuito de manter a consistência e atingir a coerência entre as cognições em conflito. Um ponto crucial da pesquisa apontou que o indivíduo, ao buscar reduzir os efeitos da dissonância, passa a buscar informações que correspondam à sua crença, à sua ação ou decisão, em detrimento do abandono da crença na opinião anteriormente proferida (FESTINGER, 1975, p.70-80). Um fumante, por exemplo, encontrará argumentos para combater a ideia de que o cigarro é prejudicial à saúde; um nazista defenderá a tese da supremacia branca, apesar de não existir comprovação científica para tal; um eleitor da direita encontrará argumentos para justificar as falas preconceituosas de seu candidato ou um antivacina colocará em xeque a eficácia das vacinas por meio de argumentos de autoridade: todos tentam, na verdade, diminuir o seu conflito interno. Essa questão é mais ideológica e emocional, portanto, independe do grau de instrução do indivíduo.

Ao tratar de temáticas que dizem respeito à condição humana, sendo, pois, um ponto comum a todas as ciências, as teorias acima apontadas denotam o caráter interdisciplinar de sua utilização, levando-nos a compreender alguns fenômenos que afetam a ciência.

Vê-se, pois, que tais efeitos podem ser vistos como algumas das explicações lógicas para a crença em fake news. A falta de noção acerca do próprio conhecimento em dada temática ou mesmo a busca por informações e fontes que apenas ratifiquem o próprio pensamento são facilitadores do processo de crença e disseminação da desinformação. Tal efeito avassalador da desinformação é ampliado, sobremaneira, quando a crença e compartilhamento partem de pessoas com alto poder de influência, a exemplo de figuras políticas ou profissionais afetados a tendências ideológicas.

Nesse sentido, debruçar-nos-emos agora em arregimentar dados para sustentar a tese de que fatores psicológicos, como a dissonância cognitiva e o efeito dunning-kruger, influenciaram diretamente na institucionalização da desinformação no Brasil, contribuindo para o caos na saúde pública e privada e nos mais de 680.000 mortos no país.

3 Da institucionalização da desinformação na CPI da COVID-19

Os dados que reunimos centram-se em excertos de três depoimentos na CPI da Covid-19, entre os períodos de maio e junho de 2021: o do general Eduardo Pazuello, ministro da Saúde entre setembro de 2020 e março de 2021, no dia 19

de maio de 2021; o da médica oncologista e imunologista Nise Yamaguchi, no dia 1º de junho de 2021; e, por fim, o da médica pediatra Mayra Pinheiro, secretária da gestão do trabalho e da educação na saúde, em 25 de maio de 2021.

As escolhas dessas três figuras se pautam no fato de que muitas políticas públicas do Governo Federal na gestão da pandemia partiram de decisões ou de influência de um dos três indivíduos aqui selecionados. Dedicamos, agora, espaço para mostrar como esses fatores psicológicos influenciaram cada um deles, começando pelo então Ministro da Saúde, passando pela médica Nise Yamaguchi, consultora do governo federal na questão, e findando com a análise de excerto de Mayra Pinheiro. Utilizamos para nossa análise as notas taquigráficas disponíveis no site do Senado Federal².

3.1 Ministro da Saúde Eduardo Pazuello

Considerando a exposição supra, acerca dos conceitos relativos aos efeitos Dunning-Kruger e Dissonância Cognitiva, iniciamos nossa análise com o depoimento do ex-ministro da Saúde (16 de setembro de 2020 a 15 de março de 2021), o general do Exército Eduardo Pazuello. As falas do ex-ministro intercalam episódios de ocorrência de Dunning-Kruger e Dissonância Cognitiva, conforme veremos.

Figura 1 - Frame depoimento Eduardo Pazuello à CPI da Covid-19



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=ZJp_8IU_QkM. Acesso em: 3 ago. 2022.

2 As notas do Gen. Eduardo Pazuello estão disponíveis em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/9996>. As notas de Mayra Pinheiro estão disponíveis em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/9999>. E as notas da médica Nisi Yagamuchi estão disponíveis em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/10018>. Acesso em: 5 mar. 2022.

O ex-ministro foi questionado pelo Senador Renan Calheiros, filiado ao partido MDB, e relator da CPI da Covid-19, acerca das qualificações do general Pazuello para assumir o Ministério da Saúde³:

(46´18´) Senador Renan Calheiros: [...] Pergunto, Ministro, V. Exa. pode nos detalhar quais eram suas qualificações para ocupar o segundo maior cargo do Ministério da Saúde e, mais tarde, para assumir o cargo de ministro?

(46´37´) O SR. GEN. EDUARDO PAZUELLO: Sr. Senador, muito obrigado pela sua pergunta. Ela já nos coloca de frente para uma posição fundamental, e eu vou colocar de forma bem clara. Só na 12ª Região Militar, eu tinha cinco hospitais sob a minha guarda. Toda a saúde de 30 mil homens estava sob a minha responsabilidade, e ações de saúde, ações de contratações de empresas para fazer a parte de saúde privada também, em paralelo – só na 12ª Região Militar.

[...]

Nos batalhões logísticos que eu comandeí, tinham companhias de saúde, saúde operacional, onde você tinha que prestar o apoio aos paraquedistas ou à tropa para fazer a evacuação, a estabilização e evacuação dos doentes até os hospitais de campanha que eu viria a comandar depois.

[...]

Então, eu me considero, sim, senhor, plenamente apto a exercer o cargo de Ministro da Saúde. E lembro que nós tivemos aí, nas últimas duas décadas, quatro, cinco, seis ministros – se não me engano, quatro ministros – que não têm absolutamente nada com ligação de saúde [...]

Pazuello discorre acerca de sua experiência no Exército, como a responsabilidade por cinco hospitais na 12ª Região Militar, além de comandar batalhões logísticos que davam suporte em diferentes frentes militares. Por isso, se julga apto ao exercício do cargo de Ministro da Saúde. Além disso, justifica, ainda, que, nas duas últimas décadas, o cargo de Ministro da Saúde fora ocupado por outras pessoas sem qualquer ligação com a saúde e que fizeram bons trabalhos.

Esse primeiro diálogo já se percebe um bom exemplo do efeito Dunning-Kruger: vê-se que o ex-ministro afirma que possuía as aptidões necessárias para conduzir o cargo, mesmo sem qualquer formação médica e, ainda, durante a pior catástrofe sanitária do século. Como justificativa, se utiliza de sua experiência com ações de saúde no Exército Brasileiro, limitada a situações específicas, como conhecimento suficiente para lidar com a situação. Conforme Dunning (2011), o indivíduo é incapaz de reconhecer a inabilidade e as suas limitações. No caso em tela, Pazuello não reconhece a própria incompetência para o exercício do cargo, ainda apontando que outras pessoas, mesmo sem formação médica, já realizaram bons trabalhos no Ministério no passado. Evidentemente, ele não levou em conta que seus predecessores não atravessaram uma pandemia, que, a priori,

3 A pergunta se faz necessária, porque o Gen. Pazuello foi o terceiro ministro da saúde em menos de um ano, sendo que os dois anteriores – Nelson Teich e Luiz Henrique Mandetta – eram médicos.

exigiria conhecimento técnico da maior autoridade em saúde do país, uma vez que, das suas mãos, saem as mais importantes decisões na condução de uma pandemia, num país continental como o Brasil.

Vale lembrar que durante os dez meses à frente do Ministério, Pazuello publicou um novo protocolo de expansão do uso de medicamentos para tratamento precoce da doença, cujas evidências científicas nunca foram comprovadas; passou a esconder os números da pandemia em junho de 2020, exigindo que veículos de comunicação fizessem parceria para fornecer os números exatos à população, uma vez que os dados do Ministério da Saúde não eram confiáveis; falhou em garantir vacinas suficientes para o país e duvidou da eficácia delas, levantando, na sua gestão, o número de quase 260 mil mortes.

Outro excerto que merece ser analisado é o seguinte:

(4h21min40) O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A que V. Sa. atribui sua demissão do cargo de Ministro da Saúde?

(4h22min) O SR. EDUARDO PAZUELLO – Missão cumprida.

O exemplo em tela mostra novamente o efeito Dunning-kruger – que, segundo Dunning (2011), entende que o indivíduo não consegue perceber seus erros e acredita estar indo sempre muito bem na atividade –, mas também mostra uma dissonância cognitiva, uma vez que, embora sua crença num bom trabalho tenha sido posta em xeque em diversos momentos com a apresentação de situações, como a crise de oxigênio de Manaus, o indivíduo, para diminuir a dissonância causada pelo questionamento, reforça sua própria crença de que, apesar dos pontos negativos, cumpriu sua missão. Essa mesma dissonância fica mais evidente no seguinte trecho:

(4h24min41) O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então o Ministério da Saúde, sob sua orientação, orientou e recomendou o uso da cloroquina...

(4h24min46) O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, senhor.

(4h24min47) O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para tratamento precoce?

(4h24min48) O SR. EDUARDO PAZUELLO – Não, senhor. Eu não recomendei o uso da hidroxiclороquina nenhuma vez.

(4h24min53) O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a nota informativa?

(4h24min54) O SR. EDUARDO PAZUELLO – Ela não recomenda. Ela não recomenda. Ela faz um alerta. Ela apenas orienta doses seguras caso o médico prescreva. Isso não é uma recomendação por protocolo.

(4h25min08) O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que, na sequência, V. Exa. absteve-se de revogar a orientação?

(4h24min14) O SR. EDUARDO PAZUELLO – Pela simples razão de que a discussão continua

aberta até hoje. Ela não é uma discussão que está fechada.

O trecho é interessante, pois mostra que o então Ministro da Saúde nega que a NOTA INFORMATIVA Nº 17/2020- SE/GAB/SE/MS⁴ não “recomenda”, apenas “faz um alerta” para uso de remédios para tratamento da Covid-19.

A crença do ministro no funcionamento da medicação é maior do que o consenso científico, que não garante eficácia do dito tratamento precoce. Embora o ministro diga que não se recomenda, é inegável que se trata de uma *orientação* da maior instituição de saúde do país, o Ministério, que é responsável por regular as condições de promoção, proteção e recuperação da saúde da população. Documentos exarados por um Ministério são orientações válidas para todo o território nacional, a despeito da fala do então ministro. Os usos lexicais do ministro (“alerta”, no lugar de “recomendação”) são estratégias para diminuir essa dissonância cognitiva. Eis um exemplo da legitimação da desinformação em âmbito nacional, pelo Governo Federal.

3.2 Consultora Nise Yamaguchi

No segundo exemplo analisado, trazemos o recorte do depoimento dado pela médica oncologista e imunologista Nise Yamaguchi, no dia 1º de junho de 2021. A médica, oficialmente, é consultora *ad hoc*⁵ em diversos órgãos do governo, embora seja rotulada pelos membros da CPI como participante de um “gabinete paralelo”, um grupo de pessoas não necessariamente vinculadas ao Governo Federal, mas que mantêm as mesmas posições ideológicas de quem está no poder e, no fim, influencia diretamente os atos do presidente e de seus ministros.

4 A nota foi retirada do ar em julho de 2020. Entretanto, está disponível em: http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/1527690/RESPOSTA_RECORSO_1_131580_NOTA%20INFORMATIVA%20N%2017_2020-GAB_SE_MS.pdf. Acesso em: 5 mar. 2022.

5 Posição regulada pela Portaria GM/MS nº 87, de 19 de janeiro de 2021, disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-87-de-19-de-janeiro-de-2021-299784589>.

Figura 2 - Depoimento da médica Nise Yamaguchi à CPI da Covid-19

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=qWHb9907qWA>. Acesso em: 22 jul. 2022.

O depoimento da médica durou quase oito horas no Senado, das quais extraímos dois trechos que nos interessa: o primeiro, a partir de 4h33min23s, e o segundo, às 2h7min20s. Sendo sabatinada pelos membros, descrevemos o primeiro momento, a partir de um questionamento do senador Otto de Alencar, que também é médico:

(4h33min08s) O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – [...] Mas esse é um caso que, na minha opinião, está claramente certo de que a hidroxicloroquina não funciona. Até porque a senhora deve saber, por exemplo, qual é a diferença entre um protozoário e um vírus. A senhora sabe qual é a diferença, doutora?

Dra. Nise, eu estou perguntando à senhora. A senhora sabe qual é a diferença entre um protozoário e um vírus? Pode dizer?

[...]

(4h34min35s) A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Os protozoários são organismos celulares, e os vírus são organismos que têm um conteúdo de DNA ou RNA. No caso do Covid, nós temos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, senhora. Não, senhora. Não, senhora, espere um pouco. [...]

(4h34min50s) O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não é bem assim, não. Não é bem assim, não. A senhora não é infectologista, é... Se transformou de uma hora para outra, como muitos no Brasil se transformaram em infectologistas. E não é assim. Os protozoários são organismos mono ou unicelulares, e os vírus são organismos que têm uma proteção proteica, capsídeo, e internamente o ácido nucleico, completamente diferente do que a senhora falou aí. A senhora não soube explicar o que é um vírus. Vírus não são nem considerados seres vivos. Portanto, uma medicação para protozoário nunca cabe... Sempre, nunca cabe para vírus.

Por exemplo, doutora: quando surgiu o H1N1, a gripe H1N1, a ciência foi atrás de um medicamento antiprotozoário ou antiviral? Me diga, responda!

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Não, foi um antiviral.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Antiviral. Pois bem, não foi antiprotosoário.

A ciência agora está buscando para o coronavírus... Aliás, a senhora sabe a que família, a que grupo pertence o Covid-19?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ao *coronaviridae*.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Hein?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ele é um coronavírus.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas a que grupo?

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Ele pertence a...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A senhora não sabe, infelizmente. A senhora não sabe nada de infectologia. Nem estudou, doutora! A senhora foi aleatória mesmo, superficial. O Covid-19 é da família dos betacoronavírus.

A resposta dada pela médica sugere que “protozoários são organismos celulares e vírus são organismos que têm conteúdo de DNA ou RNA”. Esses conceitos, bastante elementares para profissionais da área médica, foram refutados pelo senador Otto, que os corrigiu. Tais questionamentos miravam na eficácia de certos medicamentos, como a cloroquina, defendidos pela médica como aplicáveis aos casos de Covid-19, quando, na verdade, tais medicações combatem infecções causadas por protozoários, e não vírus.

Vê-se que o senador tentava, na verdade, testá-la sobre conhecimentos básicos de infectologia e virologia, as especializações mais apropriadas para o acompanhamento de uma pandemia, causada por um vírus. O parlamentar insiste em questioná-la sobre a que família pertence o Sars-CoV-2, que, pressupõe-se, qualquer especialista da área saberia responder, mas, como se vê, ela não responde que se trata de um vírus da família *betacoronavirus*, o que foi corrigido pelo senador em seu turno de fala, mostrando que sua tese, de que a médica não tem os conhecimentos específicos necessários para dar consultoria ao Governo Federal sobre esse assunto, está fundamentada.

Na nossa visão, tal situação exprime uma representação do efeito Dunning-kruger, uma vez que, mesmo sem deter o conhecimento necessário, por não se tratar de profissional especializada em infectologia, o que foi reforçado pela resposta incorreta dada ao questionamento do senador, a médica Nise Yamaguchi se sentia plenamente capaz de prestar consultoria ao Governo Federal acerca do enfrentamento de uma pandemia causada por um vírus, como o fez em, ao menos, oito reuniões, acerca das quais afirmou ser “colaboradora eventual” de “qualquer” gestão que precisar de sua opinião médica”⁶. Esse mesmo efeito já vinha sendo demonstrado em trecho anterior do depoimento:

6 Informação disponível em: <https://6minutos.uol.com.br/agencia-estado/nise-yamaguchi-admite-reunioes-em-secretaria-do-ministerio-da-saude/>. Acesso em: 6 mar. 2022.

(2h07min07s) O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL)
[...]

Eu pedi uma avaliação da senhora de o porquê, no seu entender técnico, depois da profusão de medicamentos do tratamento precoce colocados no Brasil, através do setor público, como política pública, da qual V. Sa. participou e priorizou, do domínio da industrialização, do processo comercial – as farmácias passaram a viver em torno disso nos últimos meses no Brasil –, por que isso, de uma forma geral, regra geral, não afetou na diminuição de morte no nosso País, que é campeão? Infelizmente, até hoje já morreram 462.966 pessoas.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Nós temos vários Estados onde o tratamento precoce foi instalado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não quero...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – ... e a morte diminuiu.

O que nós temos nesse momento... Eu trato os meus pacientes de forma individual e eles se beneficiam. Então, é uma questão que nós estamos aqui discutindo com relação à profusão de medicamentos. Não são muitos. São em torno de 10 ou 12 que são utilizados com uma melhoria do sistema clínico das pessoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta foi o seguinte: o que é que houve no seu entendimento? Porque esse tratamento não teve eficácia e o Brasil é campeão mundial de mortes.

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – Claro que teve eficácia. Inclusive, é possível que pudesse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, poderia ter morrido muito mais gente...

A SRA. NISE HITOMI YAMAGUCHI – É possível que sim.

Por um lado, o efeito Dunning-kruger se caracteriza aqui por preconizar a eficácia de tratamento precoce para a Covid-19 através de medicações sem qualquer comprovação científica. Há uma tendência a acreditar que, de fato, tudo corre da maneira como esperado. Por outro, há uma dissonância cognitiva, ao buscar encontrar argumentos que sustentem as suas crenças e ideologias, como o fato se de afirmar que a diminuição de mortes em vários estados do Brasil se deu por conta do tratamento precoce regulado pelo Ministério da Saúde – e potencialmente por influência da médica Nise – e não por outras medidas sanitárias adotadas por estados e municípios, contrariando as indicações do próprio Ministério. Mais uma vez, apresenta-se um exemplo de como a desinformação, construída em torno de crenças e ideologias, mesmo por profissionais da área de saúde, podem ser institucionalizadas num país continental.

3.3 Médica Mayra Pinheiro

Durante a gestão de Bolsonaro, no primeiro ano da pandemia, Mayra Pinheiro ficou popularmente conhecida como “capitã cloroquina” em razão da defesa do uso de medicamentos ineficazes para o tratamento da Covid-19, a exem-

plo da cloroquina e hidroxicloroquina. A pediatra ocupava a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no momento em que deu seu depoimento na CPI da Covid-19, em 25 de maio de 2021.

Em nosso primeiro recorte, a médica é questionada pelo senador Alessandro Vieira acerca do aplicativo Tratecov, que foi lançado em 11 de janeiro de 2021, em solenidade realizada em Manaus. O aplicativo se destinava a agilizar o diagnóstico de Covid-19 sem a necessidade de realização de exames como RT-PCR e tomografias. Sobre o aplicativo, o senador Alessandro Vieira pergunta o seguinte:

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE)

[...] A senhora citou também que um trabalho científico internacional daria lastro a esse aplicativo.

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O estudo que a senhora refere é um *paper* que foi publicado na revista *Cureus*, é isso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – *Cureus*. Uma revista que, na métrica de qualificação de credibilidade, não se encontra exatamente entre as destacadas. Na verdade, ela tem alguma coisa em torno de 1,9 como nota dela, e as mais destacadas estão lá na faixa dos 40 a 50. Esse foi o texto, o *paper*.

O estudo foi avaliado como de baixíssima credibilidade, métrica questionável, e, mais ainda, o autor do estudo veio a público informar que jamais foi consultado pelo Ministério da Saúde e que nunca pensou em usar o aplicativo para receitar ou indicar medicamentos. Era apenas uma ferramenta para facilitar o trabalho de isolamento. A senhora tem consciência disso?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, mas essa informação não procede. Nós solicitamos a permissão dele para a gente utilizar o trabalho, até porque o trabalho é público. Nós nem necessitaríamos pedir autorização a ele, porque vários países estão usando o escore que ele criou para ajudar, como ferramenta, o diagnóstico médico. Uma vez que você publica um trabalho, e é um escore, qualquer médico pode utilizar-se desse instrumento.

Figura 3 - Frame depoimento da médica Mayra Pinheiro à CPI da covid-19



Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=RVZ_ZI0d0MI. Acesso em: 25 jul. 2022.

A revista *Cureus*, na Plataforma Sucupira, está enquadrada no extrato

Qualis C nas áreas de Ciências Biológicas I e II, além de Medicina I, o que significa que não há fator de impacto, contemplando periódicos de baixa relevância.

O estudo, denominado *The AndroCoV Clinical Scoring for COVID-19 Diagnosis* (O Escore Clínico AndroCov para Diagnóstico da Covid-19)⁷, foi apontado, pelo senador, como de baixa relevância e metodologia questionável, além de afirmar que o autor veio a público dizer que jamais foi contactado pelo Ministério da Saúde.

A médica afirma que a informação não procede, justificando que solicitou autorização do autor para a utilização do trabalho. Mesmo nas falas posteriores, a médica não justifica a motivação pela qual desconsiderou trabalhos publicados em revistas de renome, optando por aquela que, mesmo com vários problemas metodológicos, mais se aproximava do discurso do Governo Federal.

Eis aqui um bom exemplo de dissonância cognitiva, quando, segundo Festinger (1968), o indivíduo busca estratégias para diminuir esse conflito interno, uma vez que, ao se deparar com trabalhos que iriam contra a crença que possuía, de eficácia de certos medicamentos no tratamento da Covid-19, a médica buscou reduzir seu desconforto mental através da busca por novas informações, como o artigo em que se amparou, que correspondiam às suas próprias crenças, mesmo que refutadas, fortemente, por tantos outros trabalhos de maior qualidade e publicados em revistas de maior impacto.

O resultado prático causado pela dissonância cognitiva, no caso examinado, leva à ocorrência do Dunning-kruger. Tal fato se dá quando a médica é questionada pelo senador Renan Calheiros sobre a posição da Organização Mundial de Saúde (OMS), acerca da interrupção dos testes com o medicamento hidroxicloroquina como um medicamento eficaz ao tratamento da Covid-19 e se tal posicionamento foi considerado pelo Ministério da Saúde quando da elaboração do processo de definição do uso do medicamento na política de combate à Covid-19.

(50min20s) O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A OMS, em julho de 2020, anunciou a interrupção dos testes da hidroxicloroquina como um tratamento eficaz para a Covid-19. Essa posição da OMS foi levada em conta em algum momento do processo de definição do seu uso dentro da política pública de combate do ministério?

A SRA. MAYRA PINHEIRO – Sim, é preciso que a gente primeiramente deixe claro que a Organização Mundial da Saúde é um braço da ONU, que trata das questões relativas à saúde. Embora o Brasil seja signatário dessa entidade, o Ministério da Saúde de todos os países do mundo é órgão independente, tem sua autonomia para a tomada de decisão de acordo com as situações locais.

Para o senhor ter uma ideia, a hanseníase, por exemplo, é uma doença que tem um protocolo próprio para tratar os doentes com hanseníase no Brasil – e assim para várias outras doenças. A

7 Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33437562/>. Acesso em: 15 set. 2022.

OMS retirou a orientação desses medicamentos para tratamento da Covid baseada em estudos que foram feitos com qualidade metodológica questionável, usando o uso das medicações na fase tardia da doença, em que todos nós já sabemos que não há benefício para os pacientes. Então, nessas situações, analisando os estudos que ela utilizou para essa tomada de decisão, o Brasil, os seus técnicos, os seus médicos... O próprio Conselho Federal de Medicina deixa bem claro que os médicos têm autonomia para usar todos os recursos que não causem malefícios e que possam trazer benefícios para o enfrentamento da doença. É o que eu, é o que o senhor, é o que toda a sociedade brasileira quer.

Como se vê, a médica afirma que a OMS é um braço da Organização das Nações Unidas (ONU) e que o Brasil é independente e tem autonomia na tomada de decisões, mesmo que sejam contrárias à OMS e ao resto do mundo. Há, portanto, o entendimento da médica de que o Brasil (aqui, entenda-se as pessoas que influenciam os que têm poder de tomada de decisão) já tem conhecimento suficiente para lidar com a questão, superestimando o próprio conhecimento, em detrimento do conhecimento de seus pares, exercido através da Organização Mundial de Saúde. Como afirma Dunning (2011), pessoas com lacunas substanciais no conhecimento não são capazes de reconhecer esses déficits, acreditando, portanto, que o que se tem é o suficiente e o adequado.

A dissonância também acontece nesse excerto, por buscar respaldo para sustentar as suas teses: no caso, a médica argumenta que a hanseníase tem protocolo próprio no Brasil, bem como tem para outras doenças. Em sua visão, a OMS cometeu um equívoco ao suspender os testes com medicamentos para o suposto tratamento precoce, pois a decisão foi baseada em estudos com qualidade metodológica questionável. Na mesma linha, argumenta que o Conselho Federal de Medicina deixou a critério da autonomia médica optar, ou não, pelo uso da medicação que possa trazer benefícios no tratamento da doença.

Veja-se, com isso, que a médica considera apenas a opinião do Conselho Federal de Medicina (CFM), cuja cúpula tem alinhamento ideológico com o governo, desconsiderando outros tantos órgãos de saúde no Brasil, como o próprio Conselho Nacional de Saúde (CNS)⁸, a Associação Médica Brasileira (AMB)⁹ e outras dezenas de entidades de saúde que condenam o tratamento.¹⁰

O que se vê é que a institucionalização da desinformação pode ter como consequência o que Soon e Goh (2018) chamaram de “falso consenso”, ou seja,

8 Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1570-cns-pede-que-ministerio-da-saude- retire-publicacoes-sobre-tratamento-precoce-para-covid-19>. Acesso em: 6 mar. 2022.

9 Disponível em: <https://amb.org.br/noticias/associacao-medica-brasileira-diz-que-uso-de-cloroquina-e-outros-remedios-sem-eficacia-contra-covid-19-deve-ser-banido/>. Acesso em: 6 mar. 2022.

10 Nota disponível em: <https://amb.org.br/noticias/associacao-medica-brasileira-diz-que-uso-de-cloroquina-e-outros-remedios-sem-eficacia-contra-covid-19-deve-ser-banido/>. Acesso em: 6 mar. 2022.

quando um discurso da ordem (que, no caso em tela, é falso) se torna prevalente, tende-se a impor uma certa impressão de consenso para os membros dessa ordem, que creem na veracidade da informação, já que todos aceitam. Aqui é o que acontece: a médica Mayra, amparada numa única instituição, o CFM, busca fazer prevalecer esse ponto de vista, entendendo que é consenso no Governo Federal e, portanto, é consenso de toda a sociedade. Entretanto, na verdade, trata-se apenas de um grupo pequeno – o que está no poder – e vai de encontro ao consenso científico – este sim que sustenta a tese de que não há medicamentos eficazes para o tratamento precoce da Covid-19. E dessa forma, mais uma vez, a desinformação acaba por ser institucionalizada.

Considerações (semi) finais

Buscamos, neste trabalho, explicar como o efeito Dunning-kruger (DUNNING, 2011) e a Dissonância Cognitiva (FESTINGER, 1968) se manifestaram na CPI da Covid-19, institucionalizando a desinformação (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017) no país. Os casos analisados, longe de esgotarem a temática, nos levam a refletir sobre como os posicionamentos sobre desinformação, a crença pétrea em determinados assuntos, não são mutáveis com a apresentação de fatos objetivos que os refutem.

Do contrário, alguns posicionamentos são até fortalecidos, seja através da busca por informações que ratifiquem uma determinada opinião (Dissonância Cognitiva), seja através da desconsideração de informações além das que já se possui, pela crença de que já se detém todo o conhecimento necessário acerca de alguns assuntos, colocando em xeque, inclusive, conhecimentos alheios (Dunning-kruger).

Não consideramos o caráter absoluto das teorias aqui apresentadas, principalmente por partimos de outra ciência, mas entendemos a pertinência de sua apresentação, sobretudo como forma de compreensão, mesmo que breve, dos fenômenos psicológicos a que são expostas as pessoas e as consequências sociais desses fenômenos. Eis aqui categorias importantes para ajudarem a explicar o fenômeno das fake news e o seu potencial de destruição quando se elas se tornam o discurso da ordem de uma sociedade, por meio dos que governam o país.

Referências

- DUNNING, D. The dunning-kruger effect: on being ignorant of one's own ignorance. **Advances in experimental social psychology**, v. 44, p. 247-297, 2011.
- FESTINGER, L. **Theory of cognitive dissonance**. Stanford: Stanford University Press, 1975.
- KRUGER, J.; DUNNING, D. Unskilled and Unaware of It: How Difficulties in Recognizing One's Own Incompetence Lead to Inflated Self-Assessments. **Journal of Personality and Social Psychology**, 77, 1121-1134, 1999.
- NASCIMENTO, I. O. **Ensino de Língua Portuguesa por meio da análise de design e de elementos discursivos em fake news políticas**: proposta de cartilha para identificação de notícias falsas. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Federal Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em Ensino, Mossoró, 2020.
- OXFORD LANGUAGES. **Word of the Year 2016**. [s.l.], 2020. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: 3 mar. 2022.
- ROTHKOPF, D. J. When the buzz bites Back. **The Washington Post**. 2003. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2003/05/11/when-the-buzz-bitesback/bc8cd84f-cab6-4648-bf58-0277261af6cd/>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- SEIXAS, R. Gosto, logo acredito: o funcionamento cognitivo-argumentativo das fake news. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 30, n. 59, p. 279-295, 21 dez. 2019.
- SILVA, F. G.; TINOCO, G. A. Multiletramentos em tempos de crise: a escola contra as fake news. In: AZEVEDO, I. S. M.; COSTA, R. F. (Org.). **Multimodalidade e práticas de multiletramentos no ensino de línguas**. v. 1. São Paulo: Blucher, 2019, p. 189-210.
- SOON, C.; GOH, S. Fake news, false information and more: countering human bases. **IPS Working papers**, n. 31, set. 2018.
- WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information Disorder**: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making. Brussels: Council of Europe, 2017.

Sobre os autores

Isadora Oliveira do Nascimento - Mestre em Ensino. Doutoranda em Estudos da Linguagem na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Natal-RN. E-mail: isadora.nascimento@ufersa.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9790547593271336>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-5690-918X>.

Vicente de Lima-Neto - Doutor em Linguística. Professor de Linguística da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Caraúbas-RN. E-mail: vicente.neto@ufersa.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7236640942719268>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-5068-666X>.